

Nota do Planalto nega alongamento de título público

BRASÍLIA — O Palácio do Planalto, através de nota divulgada ontem, desautorizou todos os estudos que sugerem o aumento compulsório dos prazos de vencimento dos títulos do Governo. A nota do Palácio, sem assinatura, não faz referência específica a quaisquer dos estudos que vazaram para a imprensa nos últimos dias.

Mas não desmente as informações divulgadas pelo GLOBO, no sábado, sobre o plano da equipe do ex-ministro Paulo Haddad, que previa controle rigoroso da quantidade de moeda em circulação na economia, através da prefixação de metas de expansão da emissão monetária. Os estudos de Haddad seriam apresentados ao presidente Itamar nesta quinta-feira.

— Não haverá qualquer tipo de alongamento compulsório da dívida mobiliária — diz a nota do Palácio do Planalto.

Afirma ainda que, por diversas vezes, o presidente Itamar manifestou seu compromisso de não adotar medidas que incluam o aumento compulsório dos prazos de vencimento dos títulos do Governo. A Presidência da República, de acordo com a nota, não tomará nenhuma decisão que implique em alterações dos contratos negociados livremente entre os agentes econômicos.

Medo demais

PAULO Haddad, que não é mais ministro da Fazenda, nega, com a veemência de que é capaz, a paternidade de um plano incluindo confisco e congelamento.

AINDA assim, setores do mercado financeiro reagiram como se um choque heterodoxo estivesse nas manchetes do Diário Oficial.

MOSTRARAM medo, assim, de um plano que não existe e que seria implementado por quem não está no poder.

É EXCESSO de vontade de ter medo.

Um assessor do presidente afirmou que intenção da nota foi acalmar o mercado financeiro, inquieto com as informações de que o Governo estuda a adoção de medidas que incluem o calote na dívida pública.

Segundo o assessor de imprensa do Planalto, Francisco Baker, a nota foi redigida pelo presidente Itamar e alguns assessores.